

## **Patrimônios em ação: controvérsias e alternativas no contexto de expansão das escalas de reconhecimento dos bens culturais imateriais em Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>**

Guilherme Eugênio – PPGA-UFF/Rio de Janeiro

Palavras-chave: patrimônio cultural; ferramentas participativas; etnografia de instituições

O presente trabalho vem para incorporar novas peças ao mosaico de minhas experiências com patrimônio cultural em Minas Gerais. Por um lado, configura-se como uma oportunidade de reunir e sistematizar minhas vivências como estagiário de Ciências Sociais por dois anos (2015-2017) no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), onde participei, na Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI), entre outras atividades, do processo de registro das folias de Minas como patrimônio cultural do estado<sup>2</sup>. Por outro, serve como ponto de partida para novas reflexões, na tessitura de caminhos outros que pretendo percorrer em minha pesquisa de mestrado, na qual estou interessado em acompanhar os/as técnicos/as dessa instituição em seus processos de seleção e classificação do que vêm a considerar como *bens culturais* passíveis (ou não) de inventário e registro. Esse texto, portanto, opera como mediador, ponte de encontro entre provocações passadas e elucubrações futuras.

O patrimônio cultural imaterial configura-se como política pública relativamente recente nas arenas internacionais e em âmbito nacional. Somam-se dezoito anos desde o Decreto n. 3551/2000 que instituiu a nível federal o registro como instrumento de proteção aos bens culturais de natureza imaterial, frente ao octogésimo aniversário do tombamento de bens de “excepcional valor” constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional, via Decreto-lei n. 25/1937. Se consideramos que passados oito anos da possibilidade do registro quinze estados brasileiros não possuíam quaisquer marcos normativos de proteção de patrimônios imateriais (CAVALCANTI; FONSECA, 2008) e que a regulamentação da política nacional de salvaguarda do patrimônio imaterial

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Desse período, produzi um trabalho sobre experiências de mobilidade em uma folia na cidade de Belo Horizonte/MG (EUGÊNIO, 2018), o qual me concedeu elementos para a comparação entre a folia que se produzia nas ruas e a folia que vinha sendo construída no processo de registro, provocação que está na origem do presente trabalho.

celebrou este ano seu segundo aniversário (IPHAN, 2016), encurtamos ainda mais essa linha do tempo e reconhecemos a novidade dessas políticas nos arranjos institucionais estaduais.

Certamente, não é de outra maneira a não ser em meio a controvérsias que as políticas de identificação e reconhecimento dos bens imateriais são criadas nas respectivas gerências e departamentos destinados à sua condução. Essas construções envolvem arranjos administrativos, organizacionais e orçamentários, cujas definições são resultados de negociações e disputas institucionais que terminam por selecionar e legitimar versões, representações, funções e especializações. A estabilização de uma cronologia contínua e linear, deliberadamente construída nos esforços editoriais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e apropriada pelas instâncias estaduais, terminou por apresentar uma história do patrimônio brasileiro que é narrada pelo acúmulo orgânico de ampliações progressivas do que podia vir a ser patrimônio e apaga as tensões e artificialidades envolvidas na construção desse projeto (CHUVA, 2012)<sup>3</sup>.

Mostra-se necessário, portanto, assumir essa narrativa hegemônica, que é continuamente reproduzida por pesquisadores, como objeto de reflexão em si, expondo os esforços de estabilização e seleção subjacentes à sua constituição. Como um ponto de partida para uma revisão crítica dos processos de registro instruídos no contexto dessa trajetória recentemente construída em Minas Gerais, levanto algumas provocações a partir da leitura do dossiê de registro das folias de Minas como patrimônio cultural do estado mineiro. Aponto desafios que foram colocados à equipe técnica advindos do encontro com foliões e prefeituras municipais durante a pesquisa e as respostas encontradas, bem como seus reflexos na construção da folia que foi apresentada no dossiê. O intuito dessa análise foi compreender como operaram os processos de definição e apresentação do bem cultural registrado, expondo as dificuldades da participação dos detentores nesses processos que se propõem e se afirmam colaborativos, mas seguem sendo eminentemente técnicos e especializados, bem como indicando alternativas à condução dos registros e salvaguardas.

---

<sup>3</sup> Um exemplo fundante apresentado pela historiadora aparece na unanimidade retórica que incorpora o anteprojeto da década de 30 de Mário de Andrade como antecedente das políticas que viriam a reconhecer a diversidade das expressões culturais apenas quatro ou cinco décadas mais tarde, sendo que à época o que tal projeto representou foi mais a cisão entre as agendas do patrimônio e do folclore, que constituíram campos de conhecimento e atuação distintos e concorrentes (CHUVA, 2012).

## **A trajetória dos registros em Minas Gerais**

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) foi instituído em 1971 pela Lei n. 5775, com a finalidade de proteger bens móveis e imóveis que estivessem localizados no território mineiro. Criado como órgão de colaboração com o IPHAN, mas passível de instruir tombamentos em esfera estadual independentemente das decisões daquele, o IEPHA/MG surgiu no contexto de início dos esforços de descentralização do patrimônio brasileiro, período no qual muita atenção esteve voltada também à proteção dos conjuntos urbanísticos das chamadas cidades históricas e Minas assumiu um papel de protagonista (FONSECA, 2017). Nesse momento, estava em discussão a reestruturação das políticas de patrimônio, que até então estiveram concentradas no governo federal, vinculadas ao projeto getulista de construção da nação a partir da seleção e legitimação dos bens testemunhos da origem, memória e unidade do povo brasileiro (CHUVA, 2017).

A Constituição de 1988, por sua vez, viria a apresentar os resultados de tais esforços e discussões ao definir que a proteção do patrimônio cultural seria obrigação concorrente da União, estados e municípios. Sabemos também que, a partir da expansão da noção de patrimônio cultural nos artigos 215 e 216, a legislação passou a prever ainda a condução dos processos de patrimonialização de maneira compartilhada com a comunidade praticante das expressões culturais, baseada na descentralização das ações e na democratização dos processos decisórios, o que implica na construção de canais de participação que deslocam especialistas de suas tomadas de decisão unilaterais para a posição de mediação com os denominados detentores, suas agendas e interesses.

Em Minas Gerais, como tentativa de articulação entre Estado e prefeituras municipais e superação dos entraves à proteção dos patrimônios locais, em 1995 foi promulgada a Lei n. 12040, que ficaria conhecida como Lei Robin Hood. Esse marco definiu que 1% da receita estadual proveniente da arrecadação do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) seria repassada aos municípios que comprovassem a execução e manutenção de ações de proteção aos patrimônios culturais municipais (RANGEL, 2008).

Nos últimos vinte anos, essa legislação suscitou a criação de secretarias e conselhos municipais de patrimônio e constituiu eixo central do IEPHA/MG nos esforços

sucessivos de municipalização de suas ações<sup>4</sup>. É nesse cenário que foi criada em 2008 a Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI) no âmbito da instituição. Desde sua formação, portanto, a GPI viu à frente o desafio de reconhecer bens culturais que estivessem distribuídos por todo o território mineiro<sup>5</sup>, em colaboração com as prefeituras municipais, como um esforço de consolidar as ações da instituição pelas diversas regiões do estado e integrar seus projetos com as gestões dos municípios, visando aumentar as possibilidades de proteção do patrimônio cultural.

Em 2002, anteriormente à criação da gerência, o modo de fazer o queijo do Serro havia sido reconhecido como patrimônio cultural do estado constituindo o primeiro registro instruído no âmbito do IEPHA/MG. Esse processo reuniu produtores familiares e cooperados de onze municípios e representou o primeiro reconhecimento de um patrimônio regional, cujo território de abrangência era minimamente delimitável, mas extrapolava fronteiras municipais.

No âmbito da GPI, entretanto, os primeiros processos disseram respeito a bens culturais em escala local<sup>6</sup>. Uniu-se ao fato dos primeiros pedidos de registro serem concernentes a bens localizados em somente um município o caráter de inovação daqueles processos, com uma equipe recentemente formada que se deparava com a legislação do patrimônio imaterial pela primeira vez. Esses registros foram considerados projetos piloto, nos quais a metodologia de atuação da gerência foi sendo criada e testada à medida em que era colocada em prática na interação com as comunidades envolvidas. Permitiram à equipe técnica à época conduzir pesquisas aprofundadas nessas regiões, por meio de viagens de campo, entrevistas e levantamentos históricos e arquivísticos, especialmente entre os Arturos, devido à proximidade física com a capital mineira<sup>7</sup>. Essas pesquisas resultaram na construção de uma metodologia que se propunha participativa, através da realização de oficinas, mapas de percepção, reuniões com lideranças e outras pessoas

---

<sup>4</sup> Esses movimentos colocaram em ação um mercado de editais e consultorias voltado para a produção e envio da documentação necessária ao IEPHA/MG para comprovação das ações do ICMS Cultural que move recursos, especialistas, prefeituras e entendimentos diversos de patrimônio e pretendo discutir tais processos em minha dissertação.

<sup>5</sup> Desafio esse nada trivial, considerando que Minas Gerais conta com 853 municípios e é a unidade da federação com a quarta maior área do país.

<sup>6</sup> Foram eles o registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, na região do Jequitinhonha (2013) e a Comunidade dos Arturos, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte (2014).

<sup>7</sup> Comunicação pessoal com Luis Molinari, então gerente de patrimônio imaterial no IEPHA/MG. Destaco como elemento estruturante na condução de tais processos o tempo que a equipe dispôs para a condução da pesquisa e construção do inventário e dossiê de registro. Aqueles primeiros processos foram desenvolvidos ao longo de três anos, enquanto ao registro das folias foi concedido o prazo de somente um ano.

interessadas, produção de eventos, dentre outras ferramentas, que buscou responder aos desafios da participação colocados pela legislação do patrimônio cultural a partir da década de 1980.

Nesse cenário, a partir de 2015, deu-se abertura ao processo de registro das folias como patrimônio cultural de Minas Gerais. Pude participar desse processo e desde seu início o reconhecimento das folias foi pensado pela gestão do IEPHA/MG como o primeiro projeto de proteção do patrimônio que conseguiria alcançar um bem cultural expressivo da *mineiridade*, que estaria distribuído por todas as regiões do território estadual. O que significou, pois, para a equipe técnica da GPI instruir um registro de abrangência estadual, reconhecer um bem cultural que estava presente em todos os cantos e rincões do estado? Passo daqui em diante a discutir como o processo foi conduzido, a partir de uma leitura do dossiê técnico apresentado ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) em janeiro de 2017, atento aos modos como a folia foi definida e como uma ferramenta criada em seu âmbito para tentar dar conta da pluralidade encontrada foi incorporada e mobilizada na construção do texto.

### **As construções das folias de Minas**

Muitas pesquisas no Brasil foram realizadas na tentativa de entender as dinâmicas que operam na condução das políticas do patrimônio quando detentores dos bens culturais e agentes do Estado estão em relação, mas comumente tais estudos se voltam para aqueles primeiros. Se olharmos para a outra face da relação, o que acontece com técnicas/os quando entram em contato com os patrimônios? Nathalie Heinich (2012) nos convida a investir em um empreendimento axiológico, a partir da investigação dos princípios de avaliação/valorização que informam as situações de identificação e classificação dos patrimônios. Nas esteiras de uma sociologia pragmática, a autora observa os contextos, ações e agentes envolvidos nessas situações a partir do acompanhamento do trabalho de técnicos da Missão do patrimônio francês, buscando evidenciar os princípios subjacentes a tais operações. Segundo a autora, compreender as emoções suscitadas pelo encontro com o patrimônio seria um caminho analítico a se percorrer, uma vez que as emoções permitiriam revelar os valores que são investidos nessas situações de avaliação (HEINICH, 2009)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Nessa compreensão, é seminal o trabalho de Fabre (2015).

No caso das folias, o início do processo de pesquisa foi motivado pelo confronto entre emoções e a ausência de emoções. Enquanto alguns funcionários expressavam alegrias e saudades de tempos passados, a partir da evocação de memórias longínquas da primeira infância, quando seus avós recebiam folias em suas casas na época do Natal, outros não sabiam nem do que se tratava a folia. As primeiras reuniões, portanto, foram alimentadas, por um lado, por narrativas emocionadas daqueles que tinham vivências com aquela festa e não expressavam quaisquer dúvidas a respeito da relevância de seu reconhecimento, e, por outro, pelo estranhamento daqueles que desconheciam aquela manifestação católica, vindos em sua maioria de famílias evangélicas, e que não tinham *a priori* elementos em suas biografias para reconhecer uma importância da folia para a identidade e memória mineiras<sup>9</sup>.

Essas perspectivas heterogêneas motivaram um processo cuidadoso de pesquisa e levantamento de fontes arquivísticas e bibliográficas, com a finalidade de efetivamente compreender o lugar e relevância das folias na constituição da sociedade mineira ao longo do tempo e na atualidade<sup>10</sup>. Com o andamento da pesquisa, fomos encontrando uma definição que se repetia nas produções acadêmicas: as folias seriam grupos católicos de devoção a algum santo que saíam de casa em casa cantando bênçãos aos devotos em troca de donativos. Ao mesmo tempo, porém, aqueles estudos consistiam sempre em estudos de caso, uma parte deles sobre folias presentes em outros estados brasileiros, e, por outro lado, nos deparávamos nos arquivos, jornais e *sites* com descrições e imagens de grupos que eram identificados como folias, mas variavam e muito daqueles que vínhamos lendo nas referências bibliográficas<sup>11</sup>.

Naquele primeiro momento, a equipe tentou acionar as ferramentas que haviam sido empregadas pela gerência nos registros anteriores. Técnicos/as da GPI acompanharam as equipes da instituição em alguns Cursos de Capacitação e nas Rodadas do Patrimônio<sup>12</sup> promovidas em diferentes regiões do estado e aproveitaram esses

---

<sup>9</sup> A partir dessa situação, podemos pensar na discussão que Tornatore (2009) apresenta sobre a concorrência de memórias em situações controversas que suscitam diferentes emoções patrimoniais. Se o autor reconhece disputas advindas do encontro entre agentes do Estado e membros da comunidade em estudo, podemos encontrá-las também dentro das instituições do patrimônio, entre seus agentes, na recusa de uma visão monolítica do Estado.

<sup>10</sup> Comunicação pessoal com Débora Raiza, então técnica e atualmente gerente da GPI/IEPHA-MG.

<sup>11</sup> Durante o processo de pesquisa, íamos dando conta da pluriversidade das folias já reconhecida por autores que trabalham com o tema. Pereira (2010), por exemplo, ao estudar as folias em Urucuaia/MG, busca compreender como seus praticantes ao mesmo tempo operam com as noções de unidade e totalidade, permitindo que a folia seja simultaneamente uma e várias.

<sup>12</sup> Oficinas conduzidas pelo IEPHA/MG em diferentes municípios para fins de sensibilização e troca de experiências com gestores municipais.

momentos para estabelecer os primeiros contatos com as folias dessas localidades. Foliões foram convidados a participar dessas reuniões, a convite das prefeituras, nos três municípios que visitamos. Naquelas ocasiões, os foliões produziram mapas de percepção e concederam entrevistas, bem como entoaram suas canções e orações, e aqueles foram os primeiros contatos da equipe com o universo das folias e com as referências culturais daqueles homens e mulheres de devoção. O contato com folias do Sul, Triângulo e Norte de Minas evidenciou como esses grupos eram tão diversos nas diferentes regiões do estado, bem como entre si, e como cada folia era marcada por sua singularidade, frente às demais.

Como dar conta, portanto, daquela pluralidade de experiências que constituíam o universo das folias, do qual tínhamos conhecido apenas pequenos fragmentos? O processo do registro colocava novos desafios, não apenas à condução da pesquisa no que dizia respeito a como defini-las, mas também à construção de canais de participação com foliões de diferentes regiões de Minas, pois seria difícil não estabelecer uma narrativa generalizante centrada em poucas experiências e na narrativa acadêmica hegemônica. A resposta encontrada foi a construção de um cadastro virtual que foi disponibilizado em plataforma *online* e divulgado para as prefeituras, associações e grupos de folia. Esse cadastro poderia ser preenchido pela prefeitura<sup>13</sup> ou pelos próprios foliões e consistia em um questionário que pretendia reunir informações a respeito do grupo, como nome, devoção, localização, personagens e instrumentos utilizados, número aproximado de integrantes, período de visitas, histórico, entre outras.

O cadastro constituiu uma ferramenta fundante do processo de pesquisa com a possibilidade de contornar as limitações de pessoal e recursos da GPI e reunir informações advindas de grupos localizados nas mais diversas regiões do estado. A cada cadastro recebido, íamos tomando mais consciência da diversidade daquelas manifestações e compreendendo as dificuldades advindas de tentar defini-la nos textos técnicos. A ideia inicial foi exatamente não tentar construir uma definição única, buscando explicitar no dossiê que a unidade daquele universo estaria justamente em sua pluralidade e que as folias seriam aqueles grupos que se identificassem e identificassem uns aos outros como tais, na ideia de que ninguém poderia dizer melhor sobre a festa que os próprios foliões.

---

<sup>13</sup> Essa ação foi incentivada como critério de pontuação no Programa ICMS Cultural para repasse de verbas. O cadastro segue disponível no site do IEPHA/MG e seu monitoramento contínuo constitui uma das ações de salvaguarda. Ele pode ser acessado em [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br).

Esse argumento, entretanto, que funcionava muito bem dentro de uma equipe formada por historiadores e antropólogos, não dava conta das demandas de outros setores da instituição<sup>14</sup>, fosse do pessoal da comunicação à presidência – que exigiam que definíssemos as folias em poucas linhas (ou mesmo palavras) –, nem dos funcionários das prefeituras, que telefonavam com dúvidas a respeito de quais manifestações exatamente poderiam ser entendidas como folias. Nesse período, recebemos cadastros de congados, moçambiques, encomendação das almas, quadrilhas de festa junina e blocos de carnaval. Outro desafio também estava em chamar atenção para o fato de que existiam outras folias que não apenas aquelas em devoção aos Reis Magos que saem no ciclo natalino, pois começamos a notar que os grupos que saíam para outros santos em outros períodos do ano ficavam silenciados frente à expressividade e popularidade das “folias de reis”<sup>15</sup>.

Desse modo, mostrava-se impossível não definir o que vinham a ser as folias, para diferenciá-las de outras expressões culturais mineiras, mas também informar ações de sensibilização e promoção a partir de sua identificação. No dossiê, portanto, ficou assim definido:

“A **Folia** é aqui entendida como uma **manifestação cultural** associada ao catolicismo popular, **geralmente formada por mestres, cantores, tocadores, bandeireiros ou alferes**, que **realizam visitas às casas de devotos distribuindo bênçãos e recolhendo donativos para variados fins**. Possuem como um dos principais **elementos simbólicos** a bandeira, que carrega a imagem do santo de devoção, e se organizam a partir de **ritos** como o giro ou jornada, encontros, festas [...] Esse é o **arcabouço básico** que define as **folias de Minas, não havendo grandes variações estruturais** para as distintas devoções” (IEPHA, 2017, p. 11, destaques meus).

Cabe indagar que folia afinal trouxemos para o papel. Identifico nesse trecho dois pares de tensões que se complementam e que terminaram por definir o andamento do registro; um diz respeito aos atritos entre particular/geral, o outro, entre fluxos/categorias. O que fica demonstrado na definição acima é que a equipe não deu conta de representar as singularidades que foram experimentadas no contato com cada folia, apelando para uma descrição generalizante, não tão diferente daquela que anteriormente havíamos encontrado na literatura. Afinal de contas, estamos falando da Folia no singular e em maiúscula, dotada de um arcabouço básico, sem muitas variações.

---

<sup>14</sup> Na dissertação, pretendo me debruçar sobre os desafios do antropólogo e suas implicações éticas na condução de trabalhos em equipes multidisciplinares e agendas e prazos acelerados. Ver, por exemplo, o trabalho de Schuch (2013).

<sup>15</sup> Esforço esse que não surtiu tanto efeito, se pensarmos que na reunião do CONEP para deliberação do registro o secretário de cultura e o parecerista do dossiê reiteraram a todo o momento a importância das folias *de reis* para a cultura mineira...



Também não conseguimos abranger a pluralidade de dimensões com as quais nos deparamos e que nos foram transmitidas nas conversas com os foliões e caímos no recurso de acionar as boas e velhas categorias antropológicas. Essa folia é apresentada como manifestação cultural, um conjunto de símbolos e rituais, que não foi exatamente aquilo que encontramos nas vivências com os foliões, mas é o que nos espera no Livro das Celebrações<sup>16</sup> e nos modelos de discursos das operações patrimoniais.

Onde entrou o cadastro nessa história, poderíamos perguntar? De início, é preciso reconhecer que faltou fôlego à equipe para analisar as informações que conseguimos reunir sobre mais de 1200 grupos de folia. Em um cenário de desequilíbrio de recursos e pessoal, prazos corridos e demandas por apresentação de resultados que operam segundo lógicas do patrimônio edificado (SANT'ANNA, 2017), não houve tempo para extrair a riqueza de uma planilha com 1255 entradas e 19 informações cada, o que somava ao fim do processo de registro 23.845 diferentes dados. No prazo de seis meses no qual a gerência precisava apresentar o dossiê, como dar conta dessa pluriversidade na forma de texto?

Reconhecido isso, e considerando também as lacunas envolvidas no uso de uma ferramenta *online* a partir da mediação com as prefeituras (que, ao final, representaram 90% do volume de cadastros realizados) e em um estado com expressivas zonas rurais e municípios cujos distritos distam de até 100 km de sua sede, atentemos para o lugar e papel do cadastro na construção do dossiê de registro (fig. 01).

---

<sup>16</sup> Tentei defender durante o processo de pesquisa o reconhecimento dos conhecimentos e ofícios dos mestres da folia no Livro de Saberes, a partir do que ouvia daqueles foliões, mas foi em vão. Na dissertação, explorarei os sentidos apriorísticos que são informados por cada Livro de registro. Nesse modo de operação, as folias, como manifestações religiosas católicas, não poderiam ser classificadas de outra maneira que não como Celebrações. Há uma tendência, por outro lado, por exemplo, em registrar manifestações afro-indígenas no livro das Formas de Expressão.

**FIGURA 01** – Sumário do dossiê de registro das folias de Minas.

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS FOLIAS EM MINAS GERAIS .....	80
3.1 Distribuição espacial e organização.....	80
3.1.1 Devoção e organização dos grupos de folia .....	84
3.2 Entre transformações e permanências.....	96
4. DESCRIÇÃO DAS FOLIAS DE MINAS .....	106
4.1 A bandeira e sua saída .....	113
4.2 Os palhaços .....	120
4.3 Cantadores e instrumentistas.....	125
4.4 Visitações rituais: os devotos e suas promessas .....	133
4.5A entrega da bandeira .....	145
4.6 A festa de confraternização – arremate .....	146

Fonte: IEPHA, 2017.

As informações do cadastro foram mobilizadas na escrita do terceiro capítulo do dossiê. A partir de um relato muito baseado na análise estatística descritiva dos dados e preenchido por muitos gráficos, o cadastro serviu, como o nome apresenta, para uma “caracterização geral” do que seriam as folias, muito mais a serviço de ilustração de como se compõe a paisagem mineira que efetivamente de aprofundar as várias formas de se celebrar folia pelo estado, como fora a intenção no início do processo.

Passado o capítulo do cadastro, entramos no capítulo de “descrição das folias de Minas”, onde, aí sim, será apresentado ao leitor o que são as folias *de Minas* (e vale ressaltar aqui a escolha do termo possessivo; não se trata, por exemplo, das folias *em Minas*)<sup>17</sup>. Nesse momento, o que encontramos no dossiê é a mobilização da produção acadêmica pincelada por alguns trechos de entrevistas realizadas pela equipe com alguns foliões. As subseções nada mais fazem que reproduzir divisões analíticas artificiais criadas em contextos particulares de estudo por outros pesquisadores. Dessa maneira, podemos nos indagar quanto do dossiê de registro foi efetivamente desdobramento da compreensão das experiências de folias mineiras com as quais a equipe esteve em contato.

Enfim, não apenas o cadastro foi utilizado para apresentar realidades parciais sob a aparência de generalidade, como também as próprias parciaisidades foram construídas pelo olhar generalizante da equipe técnica. Analisando retrospectivamente o processo de

---

<sup>17</sup> Partindo da provocação de Peirano (1995), podemos pensar que estética e estilística não apenas são teóricas, como, conseqüentemente, são políticas.

construção do cadastro em si, percebo que realizamos uma espécie de tradução às avessas, uma vez que tanto as respostas que eram possíveis nas perguntas fechadas como as próprias questões abertas foram informadas pelo material bibliográfico que havíamos levantado até então. Dessa maneira, terminamos por adequar as vivências dos foliões às nossas categorias e não construímos as perguntas a partir do que experimentamos e conhecemos com aqueles festeiros, produzindo um material aparentemente colaborativo, mas resultante de decisões unilaterais tomadas por especialistas. À análise do cadastro, faltou o movimento de retornar aos grupos que enviaram suas informações, de maneira a melhor compreendê-las e operacionalizá-las, e mesmo revisar criticamente o próprio cadastro como ferramenta de pesquisa e, assim, evitar sua transformação em material estéril, apartado dos afetos e fazeres do cotidiano de seus praticantes (SCIFONI, 2017).

### **Provocações iniciais: há muito o que fazer**

As narrativas hegemônicas do patrimônio brasileiro representam as políticas do patrimônio imaterial como inflexões que transformariam atividades substancialmente técnicas em processos sociais e políticos, mais próximos das comunidades envolvidas, como se essas dimensões suscitasse dicotomias. A noção chave de referências culturais expõe a relatividade dos processos de atribuição de valores e os constrangimentos situacionais e estruturais que informam as tomadas de decisão (FONSECA, 2001), mas nem por isso os processos deixam de ser autoritários, técnicos e unilaterais. Técnica e política caminham juntas e é preciso reconhecer as artificialidades práticas e retóricas que sustentam os mitos da participação<sup>18</sup>. O patrimônio imaterial é uma prática que surge e segue sendo especializado, quando se quer e já se diz ser participativo e integrado. Apenas ao reconhecer as limitações e efetivas possibilidades da colaboração, podemos provocar efetivas transformações nas maneiras como são instruídos os registros e salvaguardas e, para tal, é necessário discutir e revisar criticamente o papel do/a técnico/a nas decisões e conduções desses processos.

A ampliação do patrimônio testemunhada nas últimas décadas permite colocar à vista a importância da/o pesquisador/a na definição dos patrimônios<sup>19</sup>. Quanto mais as opções se ampliam, mais as intersubjetividades interferem nas tomadas de decisão, pois

---

<sup>18</sup> Trabalho com a noção de mito de participação a partir do estudo de Suaud (1984).

<sup>19</sup> Tamasso (2005), por exemplo, chama atenção para a atuação dos/as antropólogos/as inventariantes na condução dos processos de registro

menos os critérios normativos rotinizados pela prática patrimonial dão conta de apreender os diferentes contextos, mas, ao mesmo tempo, o *modus operandi* da instituição se esforça continuamente para equalizar tais práticas e enquadrá-las nos modelos e categorias pré-definidas (HEINICH, 2009; 2016). Ninguém parece se recordar, por exemplo, que a legislação permite a abertura de novos livros de registro e, dessa maneira, por vezes testemunhamos contorcionismos para encaixar determinados bens culturais em uma das categorias determinadas pelos livros existentes.

Não se trata, portanto, de definir *a priori* o que seja patrimônio, mas sim atentar ao que se compreende por patrimônio quando as equipes técnicas acionam esse termo e quando realizam operações a fim de conceder essa qualificação a determinado bem (HEINICH, 2016), reconhecendo, por sua vez, o que pode significar registrar no papel definições, caracterizações e representações a respeito de realidades vivenciadas por pessoas de carne e osso, quando esse papel serve para instrumentalizar políticas públicas que podem vir a interferir em suas vidas.

É preciso reiterar que as atividades patrimoniais extrapolaram os quadros institucionais e atualmente estão envolvidas nas disputas pela construção e legitimação de memórias, versões, histórias e identidades locais e regionais (TORNATORE, 2009). Dessa maneira, o que pode significar, por exemplo, para um folião, encontrar registrado no dossiê uma versão da história da folia ou uma descrição da celebração que não a sua? Essas memórias são recursos mobilizados em conflitos locais que envolvem desde autoestimas e orgulhos pessoais até mesmo a alocação de financiamentos para a realização de suas festas. Na mediação entre Estado e comunidades, inclusive, o material técnico produzido nas instituições pode vir a ser apropriado pelas partes interessadas para diversos fins e cabe mais uma vez chamar atenção para o papel de pesquisadores/as nessas dinâmicas (CIARCIA, 2006)<sup>20</sup>.

Como, pois, lidar com as disputas de ressemantização e as várias versões que constituem um mesmo evento? Selecionar as similaridades e recorrências, como foi feito no dossiê das folias, não me parece a melhor resposta. A lógica da média silencia os desvios, desvios esses que, se tratando de identidades e memórias, podem ser

---

<sup>20</sup> Em seu estudo comparativo sobre os usos sociais da noção de patrimônio imaterial em processos de patrimonialização no Benin, França e Mali, Ciarcia (2006) destaca o lugar de pesquisadores/as na condução desses processos, ao produzirem narrativas que selecionam e legitimam características dos fenômenos em estudo em detrimento de outras. Essas narrativas podem ser mobilizadas pelos indivíduos envolvidos para diversos fins, inclusive operações políticas de apropriação de tais discursos e auto-exotização, como estratégias de geração de renda, fomento do turismo, legitimação de lideranças e reivindicação de recursos das próprias instituições do patrimônio.

estruturantes, fundantes dos modos de vida e das biografias de indivíduos e coletividades. Seguir a média é reproduzir uma memória oficial e apagar aquelas subterrâneas (POLLAK, 1989), memórias estas que definem a vida de foliões nos mais diversos rincões das Minas Gerais. Ao mesmo tempo, um registro em âmbito estadual não permite abranger cada folia em seu universo infinito de singularidades, ou senão caímos no risco de produzir meramente um catálogo que justapõe todas as diferenças e constitui um material denso, que parece dizer muito, mas não diz nada, pois ninguém o lê<sup>21</sup>.

Pode-se, no entanto, levar mais a sério o fato de que estamos lidando com vidas. As folias são missão, compromisso, fé, trabalho para aqueles que as comemoram e essas constatações não podem meramente servir para a escrita de belas epígrafes. Reconhecer que nos inserimos em campos abertos de conflitos e negociações por onde circulam diferentes conhecimentos, histórias, versões e gerações exige criatividade e flexibilidade daqueles que se propõem a fixar esses patrimônios em texto, em política pública. Não se trata nem de desconsiderar o acúmulo de experiências reunidas até aqui<sup>22</sup>, mas também nem as seguir à risca. Acredito ser possível borrar mais as fronteiras.

Assumir que a/o técnica/o introduz diferença nos contextos onde chega e que o patrimônio definido e apresentado nos processos de registro são construções conjuntas produzidas da mediação entre esses agentes e detentores dos bens culturais permite trazer mais vida ao texto. Refutar uma pretensa objetividade na escrita significa trazer junto a/o pesquisador/a-especialista-impessoal, que precisa justificar a importância do registro da folia dentro dos termos prescritos pela legislação, com o/a pesquisador/a-participante-emocionada/o, que acompanhou diferentes folias pelo estado e pôde apreender certos fragmentos do que aquele universo significa efetivamente na vida de seus foliões. Caso contrário, seguiremos reproduzindo abismos entre o bem registrado e o discurso acionado, pois não importe quão situado, participativo e sensível o processo tenha sido, os modelos já estão dados e sabemos de antemão que um bem deve ser registrado por sua importância como referência à identidade, ação e memória de determinada coletividade...

---

<sup>21</sup> Em outros lugares (FRANÇA *et al.*, 2017 e trabalho no prelo), acionei a noção de invenção do patrimônio a partir do trabalho consagrado de Roy Wagner (2014) para evidenciar as discontinuidades entre os entendimentos operados pelos/as técnicos/as das instituições patrimoniais e os praticantes das expressões culturais. Entender o patrimônio como objetificação da diferença e, portanto, ponte mediadora entre pluriversos de significado pode auxiliar na compreensão das tensões político-epistemológicas que estão em jogo nas arenas de definição. Na dissertação, seguirei explorando essa via analítica a partir das noções wagnerianas de simbolização coletivizante e diferenciante.

<sup>22</sup> Como Bortolotto (2017) apresenta, não adianta jogarmos fora os conceitos, se as pessoas seguem usando e se apropriando deles de diversas maneiras.

Borrar fronteiras significa também explicitar os próprios impactos da patrimonialização, suas interferências possíveis nos contextos em análise, bem como as potencialidades reivindicatórias que se abrem aos seus detentores. Faz pensar, no atual cenário nacional, qual a responsabilidade do Estado frente aos detentores dos bens culturais quando promovem processos de reconhecimento sem as condições materiais, de pessoal e financeiras para permitir seu acompanhamento e salvaguarda. Que tipo de compromisso estamos efetivamente sustentando quando mapeamos mais de 1500 grupos de folia pelo estado de Minas Gerais, mas não temos condições de sequer entrar em contato com seus representantes para informar sobre o registro e seus desdobramentos?

Busquei levantar aqui algumas provocações a respeito dos desafios que nos são colocados nos processos de registro e salvaguarda dos patrimônios imateriais. Temos à mão novos instrumentos, mas operamos com epistemologias seguras e conservadoras. O IEPHA/MG tem muito a ganhar com o investimento em projetos capilares que efetivamente consolidem canais de comunicação com as gestões municipais. O cadastro das folias, por exemplo, anunciou possibilidades de alcance para a proteção dos patrimônios mineiros nunca antes pensadas, inclusive sendo replicado nos processos de registro que se sucederam, mas falta ainda encarar abertamente seus limites e dificuldades, caso contrário terminaremos por reproduzir recortes artificiais de processos esvaziados de participação.

Costumamos verticalizar e observar as fricções estabelecidas entre pesquisadores e comunidades, mas se horizontalizarmos, ou melhor, se transversalizarmos, perceberemos que as disputas se desdobram entre vários agentes em relação, dentro das próprias comunidades como também dentro das instituições, que não são de maneira alguma homogêneas. Se patrimônio é vida, é hora, pois, de retomar o fôlego, pois a empreitada pode estar apenas começando.

### **Referências bibliográficas**

BORTOLOTTI, Chiara. Patrimônio e o futuro da autenticidade. *Revista do Patrimônio*, n. 36, 2017, p. 23-37.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008. 199 p.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. 484 p.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*, n. 34, 2012, p. 147-165.

CIARCIA, Gaetano. *La perte durable: étude sur la notion de “patrimoine immatériel”*. Paris: Lahic/Mission à l’ethnologie, 2006.

EUGÊNIO, Guilherme. Fé na rua, folia em movimento: contribuições dos estudos de mobilidade para a investigação da folia de reis na cidade. *Ponto Urbe*, v. 22, 2018, p. 1-20.

FABRE, Daniel. *Émotions patrimoniales*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, v. 2, 2001, p. 111-120.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2017. 296 p.

FRANÇA, Bianca; BARRADAS, Cordeiro; EUGÊNIO, Guilherme. Foliões além do Natal: folias de reis fora do ciclo natalino, a polissemia do folclore e do patrimônio. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA, 6., 2017, Belo Horizonte, Anais... Belo Horizonte, 2017, p. 2567-2576.

HEINICH, Nathalie. *La fabrique du patrimoine: de la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 2009.

HEINICH, Nathalie. Les émotions patrimoniales: de l’affect à l’axiologie. *Social Anthropology*, v. 20, n. 1, 2012, p. 19-33.

HEINICH, Nathalie. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? *PROA Revista de Antropologia e Arte*, v. 1, n. 5, 2016.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n. 200, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a regulamentação do PNPI... Brasília. Acesso em 07 ago. 2018.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Dossiê para registro das Folias de Minas do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2017.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Luzimar Paulo. *Os giros do sagrado: um estudo etnográfico sobre as folias em Urucuia, MG*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANT'ANNA, Márcia. Desafios e perspectivas da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural. *Revista do Patrimônio*, n. 36, 2017, p. 95- 105.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. *Revista Teias*, v. 18, n. 48, 2017, p. 5-16.

SCHUCH, Patrice. A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do “campo” para o debate). In: SARTI, Cynthia; DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Antropologia e Ética: desafios para a regulamentação*. Brasília: ABA, 2013.

SUAUD, Charles. Le mythe de la base: les États Généraux du développement agricole et la production d'une parole paysanne. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 52-53, 1984, p. 56-79.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, 2005, p. 13-36.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. *Revista Memória em Rede*, v. 1, n. 1, 2009, p. 07-21.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.